

## Mapeamentos do real na mídia e os impactos na sociedade paulistana do início do século XX

**Carina Basso**  
Mediatel / PUC-SP

### **Resumo:**

Este artigo é resultado das atividades do projeto de pesquisa “ Ecologia da comunicação na mídia impressa paulistana entre 1910 e 1920”, realizado na Universidade Paulista. Considerando os principais acontecimentos históricos no Brasil e no mundo e quais foram os seus impactos e repercussões na sociedade da época, além de como a mídia impressa divulgou tais informações. O propósito desta pesquisa é identificar a proposta editorial e ecologia da comunicação dos fatos noticiados na época, analisando sua imparcialidade, conotação, relevância social e impacto perante a sociedade considerando o período de 1910 a 1920.

**Palavras-chave:** Jornais; Imprensa; Ecologia da Comunicação; Mídia Paulistana

No início do século XX, a imprensa brasileira sofreu uma revolução no processo comunicacional, quando o jornalismo gráfico empregado até então, começou a ser completamente modificado por fortes influências do modelo norte americano de comunicação. Ao estudarmos profundamente o processo editorial de alguns jornais da época, identificamos que a ecologia da comunicação foi prejudicada a partir desta época nos meios de comunicação do Estado de São Paulo, por motivos políticos, sociais, publicitários, entre outros. Precisamos analisar todo o histórico jornalístico para que consigamos identificar todos os pontos principais que tornaram os meios de comunicação ineficazes e sem relevância social. Para começarmos a entender um pouco sobre essa pesquisa, precisamos compreender os conceitos que permeiam o corpus dessa pesquisa. Começamos então pela a teoria da mídia de Harry Pross que nasceu na Alemanha, em 1923 e como jornalista e professor é um grande contribuidor do desenvolvimento e fortalecimento epistemológico do território da Comunicação Social por ser autor de uma Teoria da Mídia que vai além dos limites das tradicionais Teorias da Comunicação.

Devido a essa forma de pensar além dos padrões, a obra de Pross é relevante para os estudantes de comunicação, o que abre novas portas para a compreensão do processo de evolução dos meios que o ser humano encontrou e criou para comunicar – se e a importância do papel de cada um desses meios coexistentes para a configuração da sociedade. Além disso, a obra de Pross implica uma distinção entre o estudo dos procedimentos comunicacionais e o estudo dos suportes técnicos utilizados na comunicação, ressaltado as origens dos processos comunicacionais e culturais.

Na teoria da mídia encontramos três vertentes: a mídia primária, a mídia secundária e a mídia terciária. A mídia primária é compreendida como o meio de comunicação elementar,

mais primitivo e essencial para o convívio em sociedade para o ser humano. Segundo Pross, —toda comunicação humana parte da mídia primária, na qual os participantes individuais se encontram cara a cara e presentes em um mesmo momento, e toda comunicação humana retorna a esse ponto”.

A partir da teoria da mídia de Pross partimos para o conceito de ecologia da comunicação de Vilém Flusser e Vicente Romano. Vilém Flusser, filósofo judeu que veio ao Brasil como fugitivo da invasão nazista na antiga Tchecoslováquia, nos oferece em suas obras uma ecologia comunicacional, mesmo que partindo na maioria das vezes das patologias criadas pelas imagens técnicas, que transformam seres humanos e sociedade em funcionários, para nos indicar e propor um humanismo tão ausente dos processos midiáticos e que precisam ser resgatados para recolocarmos o ser humano no centro de tudo, inclusive das mídias e das políticas comunicacionais e que nesse cenário, ele seja consolidado como sujeito do processo.

Para Flusser o “funcionário perfeito” não tem uma visão de fora do processo por estar inteiramente englobado pela situação e incapaz de superá-la. Toda a sua movimentação se dá em função do aparelho. O funcionário é aquele que não consegue superar o movimento linear e circular desse mecanismo de dominação fechado sobre si mesmo. A diferença entre o homem e o funcionário é que o homem pode escolher entre alternativas, o funcionário não, pois este se tronou propriedade do aparelho. O sistema dominado por aparelhos é sedutor, pois dá a falsa sensação de liberdade. O processo de uma sociedade regida por aparelhos têm brechas e são por elas que o homem pode vir a reconquistar a sua liberdade e a da humanidade, deixando de ser funcionário de aparelhos programados, para programar.

É papel das ciências da cultura ou da ecologia da comunicação investigar para descobrir a intenção que se esconde nos fenômenos, como os instrumentos atualmente, o homem não tem o livre arbítrio. A figura do funcionário faz a reflexão sobre várias vertentes: família, as relações humanas, a sociedade, a mídia, entre outros.

A contemporaneidade, marcada pela centralidade e predominância dos aparelhos tecnológicos nos remete ao conceito de hipnogênia, que é quando as pessoas chegam ao estado hipnótico e simplesmente elas agem de acordo com a maré que as levam para onde ela quiser.

O ser humano abre mão de suas vontades e isenta-se das suas responsabilidades, delegando-as às máquinas, aos aparelhos. O sujeito hipnógeno é assim: despido de capacidade de autodeterminação. Os sistemas de comunicação criaram não apenas sujeitos, mas, sobretudo objetos. E objetos que não tem a responsabilidade de tomar decisões. As decisões estão transferidas para outras instâncias contidas nos processos de produção.

O comunicólogo e pesquisador espanhol Vicente Romano nos incentiva a pensar na comunicação em uma perspectiva ecológica, ressaltando as características qualitativas da comunicação humana que afetem significativamente a nossa qualidade de vida. Ele analisa as consequências sociais do desenvolvimento tecnológico, destacando os impactos dessas transformações em curso na sociedade sobre a comunicação primária de Pross, aquela que se processa a partir dos sentidos humanos.

Assim, a proposta de uma ecologia da comunicação e da cultura ganha espaços nas pesquisas contemporâneas das ciências da comunicação, chamando a atenção para os

desdobramentos e as consequências dos processos midiáticos e culturais em curso com impactos nos ambiente da sociabilidade e dos imaginários.

Uma ecologia comunicacional estuda a ecologia dos sentidos que são por muitas vezes descartados nos ambientes tecnológicos e possibilita leituras críticas dos cenários possíveis a partir dos seus contextos midiáticos. Segundo Vicente Romano, a comunicação tem uma dimensão ecológica e ética que cria vínculos entre os seres humanos e entre os humanos e as máquinas. A ecologia da comunicação é a relação dinâmica entre as tecnologias que regulamentam e desenham o mercado e os efeitos que tem na sociedade.

É preciso investigar a repercussão da técnica na índole da comunicação humana. Segundo Romano, a introdução das mídias terciárias, pois elas têm consequências para os indivíduos e para a sociedade. Já que atualmente temos mais aparelhos técnicos, mais informação e menos contato pessoal, os vínculos entre a função socializadora da comunicação e a sua função informativa foram afetados.

O conceito de ecologia da comunicação de Vicente Romano tem seus fundamentos na teoria da mídia de Harry Pross sobre a comunicação e o corpo: “ Toda comunicação humana começa na mídia primária, na qual os indivíduos se encontram cara a cara, corporalmente e imediatamente, e toda comunicação retorna para lá”, ou seja, é no corpo que começa e termina a comunicação.

Todos esses conceitos servem como base para a pesquisa iniciada. Começou quando ao estudar os conceitos acima surgiu a necessidade de descobrir os pontos cruciais que transformaram a comunicação em São Paulo e que ao longo dos anos vem se

transformando em uma comunicação voltada ao consumo, descartando os princípios básicos do jornalismo, como: prestação de serviço, relevância social, contribuição social e até mesmo a veracidade dos fatos.

Para entendermos um pouco onde começou a revolução comunicacional de São Paulo, foi necessário estabelecer alguns parâmetros para a pesquisa, portanto determinamos que o jornal que seria analisado seria O Estado de S. Paulo, pois a partir do mesmo que começaram a surgir novos formatos de jornalismo e passamos a analisar as ideologias e princípios editoriais da empresa e como ela contribuiu na configuração da sociedade nos anos de 1910 a 1920, a partir do conceito de ecologia da comunicação.

Aprofundando a pesquisa nos eventos históricos da comunicação em São Paulo, compreendemos que no início do século XX, a imprensa sofreu uma revolução no processo comunicacional, como eu já mencionado, quando o jornalismo gráfico empregado até então, começou a ser completamente modificado por fortes influências do modelo norte americano de comunicação. No processo editorial de alguns jornais da época, identificamos que os fatos eram relatados em textos densos e longos, opinativos, com linguagem rebuscada, que destacavam os detalhes da notícia para que o leitor entendesse perfeitamente o que havia ocorrido. Os textos eram diagramados um ao lado do outro, praticamente sem imagens para ilustrar e as palavras não precisavam ser cuidadosamente escolhidas, pois o que era relatado era o fato a partir do ponto de vista do jornalista.

Mas com a chegada do modelo norte americano, a diagramação e produção comunicacional passou a admitir imagens ilustrando o conteúdo das reportagens e os textos passaram a ter menos detalhes e a serem mais objetivos e diretos, com o “famoso”

lead (quem, o que, como, onde e por que). Neste momento, conseguimos identificar o começo de uma possível falta de ecologia da comunicação e onde a mídia passa a descartar a mídia primária.

Perdemos claro, boa parte do conteúdo fatídico, onde os detalhes mencionados passaram a ser escolhidos pelos responsáveis das corporações midiáticas e obviamente o que seria mais conveniente para a empresa mencionar. As imagens passaram a ser diretamente reproduzidas em suas páginas, em maior quantidade, através de processos fotomecânicos, dando margem a novas possibilidades de transmissão da informação e de sua interpretação.

A cultura do imediatismo também começou ao longo desse processo, criando a preocupação das horas de fechamento das redações, de novas edições dos jornais no mesmo dia, criando a transmissão direta do acontecimento. A atividade jornalística passou a ser realizada sob pressão do tempo, do imediatismo e pelo “furo” de reportagem. Esses fatores acabam construindo diariamente uma representação instantânea e descontinuada da realidade e do mundo.

Sem tempo para apurar mais detalhadamente as informações e executar um trabalho de pesquisa mais aprofundado, os jornalistas não conseguiam trabalhar os acontecimentos de forma relacionada com os sistemas e contextos em que estavam inseridos. A partir desse momento, conseguimos identificar explicitamente que as corporações midiáticas e os jornalistas, não utilizavam mais a ecologia da comunicação como premissa.

O maquinário moderno, necessário para a reprodução do novo modelo, eram comprados com facilidade com o dinheiro do café e da indústria nascente enquanto o domínio da técnica jornalística era apenas uma questão de dedicação a seu aprendizado.

Desde a segunda metade do século XIX, a produção cafeeira passou a ser a base da economia brasileira. Produzido em larga escala, o café passou a suprir a demanda mundial pelo produto, abastecendo principalmente os mercados europeus e norte-americanos. Mas quando aconteceu a crise de superprodução do café, houve uma redução drástica do valor do produto no mercado, muitos fazendeiros passaram a investir os lucros provenientes dessa atividade no setor industrial.

A concentração de investimentos na indústria ocorreu na cidade de São Paulo e em suas proximidades, em virtude da rede de transportes já consolidada e da existência de uma oferta de mão de obra, constituída basicamente de imigrantes europeus. A ampliação e a diversificação da atividade industrial colaboraram para a expansão da urbanização e para a evolução econômica do estado de São Paulo, que, desde o fim do século XIX, é o mais desenvolvido do Brasil. O comércio do café promoveu uma grande concentração de bancos na capital paulista, criando um mercado de capitais. Somado a isso, desenvolveram-se centros de treinamento para o grande contingente de mão-de-obra que afluía para a cidade, constituído principalmente por imigrantes estrangeiros.

O escoamento da produção, por sua vez, estava garantido por uma eficiente rede de transportes, ligação com o porto de Santos e saídas para o interior e para outros Estados através de ferrovias, enquanto o crescimento da cidade era assegurado por grandes obras de infraestrutura com pontes e viadutos, rede elétrica e de esgotos etc. A partir do momento que o café foi barateado, a elite que detinha a maior parte do dinheiro do “ouro



negro” começou a investir em outras áreas para não perderem a fortuna que haviam adquirido. Passaram então a investir em corporações midiáticas, bancos, empresas etc.

O jornal Estadão (como é popularmente conhecido) é uma das empresas que receberam investimentos para o novo maquinário e remontara a formação da sociedade paulistana, que segundo Nelson Werneck Sodré, era o esboço da imprensa industrial, onde os veículos de comunicação se tornaram corporações midiáticas. Em suma, com o aumento significativo da população de São Paulo pela chegada de tantos imigrantes europeus, a qualidade de vida dos trabalhadores era questionável e os salários também.

Na última década do século XIX, o Brasil ocupava o 4º lugar em entrada de estrangeiros no continente, com 3,8 milhões de imigrantes, com a contribuição da política de subsídios do governo, que arcava com os gastos de viagem e com o alojamento dos imigrantes. A imigração espontânea, feita pela própria custa do colono, também era frequente, mas com o declínio econômico após a Primeira Guerra Mundial, a política de subsídios foram encerradas efetivamente em 1927. Identificamos uma nova fase política da capital, onde a classe operária passa a se unir contra os detentores do dinheiro em favor de seus direitos, criando associações, sindicatos e até mesmo jornais e revistas direcionadas, para se manifestarem e saberem o que realmente acontecia entre os imigrantes. A mídia hegemônica noticiava apenas o que era favorável ao governo e a elite social e mais uma vez conseguimos identificar a falta de ecologia da comunicação, pois o que era publicado nos jornais não era relevante para os trabalhadores e imigrantes, eram notícias do ponto de vista político e social de uma parte da sociedade que não presenciava o dia a dia dos trabalhadores.

Então a partir do momento que os fatos eram especialmente selecionados, para que a sociedade não soubesse da qualidade de vida, salários e até mesmo opiniões dos trabalhadores e que o proletariado também não tinha voz nesses veículos para se manifestarem ou se informarem sobre acontecimentos relevantes para sua vida cotidiana, tudo nos leva a crer que aqui estava praticamente perdida a utilização da mídia primária e ecologia da comunicação que se instalava em São Paulo.

A indústria editorial paulistana assistiu a partir do início dos anos 20, a consolidação do O Estado como o jornal de maior tiragem do país com o aumento de sua tiragem, atingindo a cifra de 8 mil exemplares e um grande alcance nacional, o jornal passou, cada vez mais, a promover campanhas de esclarecimento e persuasão ligadas aos ideais liberais e ao industrialismo paulista.

Tornou-se, portanto, um órgão formador de opinião pública, com foco na política nacional. Porém juntamente com essas modernizações houve uma reestruturação financeira, na qual os reclames e a venda avulsa tornaram-se os maiores responsáveis pela renda do jornal, diferentemente dos períodos anteriores. Nessa década, o jornal firmou-se no cenário nacional como uma das maiores corporações jornalísticas do país e seus avanços técnicos imprimiram o tom e as articulações defendidas pela empresa, visando sempre estabelecer a primazia do jornalismo paulista. Foram defensores do domínio da oligarquia cafeeira no comando do país, mas, posteriormente, passaram a questionar tal dominação política e o decorrente centralismo imposto aos demais estados, como os entraves ao desenvolvimento pleno e irradiador que São Paulo poderia desempenhar. Enfatizavam a necessidade de mudanças da política interna de São Paulo, pois, enquanto não se libertasse do domínio das “oligarquias”, não poderiam assumir a posição de “guia” e “modelo” para liderar o movimento renovador de âmbito nacional.

O jornal prosseguiu defendendo e apoiando os ideais liberais, as causas e os políticos, e a implantação e manutenção de um estado democrático. Advogava como único caminho para o fortalecimento da democracia o estabelecimento do voto livre e da instrução pública. Em 1926, apoiou a fundação, em São Paulo, do Partido Democrático, em oposição ao Partido Republicano Paulista, então detentor dos governos estadual e federal.

A partir dessa revolução na comunicação em São Paulo, conseguimos identificar o poder do jornal O Estado de S. Paulo na configuração da sociedade, separando a população por classes econômicas, poder financeiro e vivência social. Evidenciava-se quem poderia frequentar os grandes eventos sociais e quem deveria trabalhar para que tudo acontecesse. Júlio Mesquita, gerente do jornal O Estado de S. Paulo, começou a escrever artigos sobre a 1ª guerra mundial, adotando uma posição contrária ao militarismo alemão, coerente com sua postura na Campanha Civilista. Inicia-se então um boicote da poderosa comunidade comercial alemã em São Paulo retirando os anúncios no jornal, que passa a enfrentar dificuldades financeiras. Apesar das pressões, o jornal manteve sua posição contrária ao militarismo. Neste mesmo ano, "o Estado" publica o artigo "Velha Praga" do leitor José Bento Monteiro Lobato. Na verdade, tratava-se originalmente de uma carta para a seção Queixas e Reclamações, a qual foi publicada como artigo assinado tal a sua qualidade. A partir de então Monteiro Lobato passa a colaborar regularmente com o jornal, iniciando sua brilhante carreira literária. Em 1915 foi lançada a edição vespertina do jornal, que passou a ser conhecida pelo nome de "Estadinho", quando Júlio de Mesquita Filho inicia sua carreira de jornalista como colaborador. O jornal passa a apoiar a Campanha Nacionalista lançada pelo poeta Olavo Bilac, a qual propunha o serviço militar obrigatório, por acreditar que assim o militarismo se enfraqueceria com a

entrada de civis na tropa, diluindo o corporativismo do Exército, além de despertar o civismo nos jovens. Com o descontentamento dos trabalhadores em São Paulo, aconteceu a greve geral de 1917 que é o nome pela qual ficou conhecida a paralisação geral da indústria e do comércio do Brasil, em Julho de 1917, como resultado da constituição de organizações operárias de inspiração anarcosindicalista aliada à imprensa libertária. Esta mobilização operária foi uma das mais abrangentes e longas da história do Brasil. O movimento operário mostrou como suas organizações (Sindicatos e Federações) podiam lutar e defender seus direitos de forma descentralizada e livre, mas de forte impacto na sociedade. Esta greve mostrou não só a capacidade de organização dos trabalhadores, mas também que uma greve geral era possível.

Em decorrência especialmente da Primeira Grande Guerra Mundial, o país passou a exportar grande parte dos alimentos produzidos para os países da Tríplice Entente, formado pelos Impérios Britânico, Russo e República Francesa. A partir de 1915 a ocorrência dessas exportações afetou o abastecimento interno de alimentos, causando elevação dos preços da pequena quantidade de produtos disponíveis no mercado. Embora o salário subisse, o custo de vida aumentava de forma desproporcional, deixando os trabalhadores em más condições para sustentar suas famílias e fazendo com que as crianças precisassem trabalhar para complementar as rendas domésticas. A classe operária da capital era formada em suma por imigrantes e eram estes, na sua maior parte, anarquistas, que defendiam o fim de qualquer forma de autoridade e dominação (política, econômica, social e religiosa). Em resumo, os anarquistas defendem uma sociedade baseada na liberdade total, porém responsável.

A Greve Geral de 1917 marcou um dos momentos em que a força do movimento operário anarquista se demonstrou. Nunca na história deste país uma greve geral provocou um

impacto tão grande. Apesar de limitada às regiões industrializadas, nos locais em que se efetivou, teve um impressionante grau de adesão por parte da sociedade. A resposta do Estado, controlado pelas elites, também foi impressionante. A legislação culpava de crime a ação anarquista. Estrangeiros envolvidos com a ideologia eram extraditados. Brasileiros eram presos e em ambos os casos eram comumente humilhados em público.

Durante a grande greve na cidade de São Paulo, Júlio de Mesquita Filho, convidado pelos operários para ser o mediador entre estes e seus intransigentes patrões nas suas justas reivindicações: jornada de oito horas, proibição do trabalho noturno para mulheres e crianças e melhores salários. De forma geral, conseguimos identificar que durante os principais fatos geopolíticos mundiais, a capital de São Paulo foi diretamente afetada de diversas formas, mas o que devemos ressaltar é o papel da corporação midiática o Estado de S. Paulo na configuração de uma nova sociedade a partir de suas coberturas e ideologias políticas. Em todos os momentos o jornal exhibe um olhar elitista, descartando a realidade da população que estava fora dessa elite, relatando os fatos de acordo com os interesses políticos e financeiros da empresa.

Ao buscar fatos que tentam explicar onde começou o novo formato e ideologia da comunicação no Brasil, destacamos pontos cruciais que nos levam a acreditar que a falta de ecologia nas informações prestadas e a possível exclusão da mídia primária na comunicação nos trouxe ao modelo atual de jornalismo. A solução exata para tentarmos mudar essa comunicação é o que buscamos, mas precisamos todos resgatar os pensamentos investigadores e críticos de Flusser e de Vicente Romano nas análises da sociedade midiática para entendermos como aconteceu em cada região a mudança comunicacional para assim começarmos a buscar uma saída.

## Referências Bibliográficas:

- BAITELLO Jr.,** Norval. Corpo e imagem: Comunicação, ambientes e vínculos. In: RODRIGUES, David (Org.). Os valores e as atividades corporais. São Paulo: Summus, 2008. p. 95-112;
- BATLICKOVA,** Eva. A época brasileira de Vilém Flusser. São Paulo: Annablume, 2010;
- BERNARDO,** Gustavo; **FINGER,** Anke; **GULDIN,** Rainer. Vilém Flusser: uma introdução. São Paulo: Annablume, 2008;
- FERRAR,** Miriam Nicolau, A imprensa negra Paulista, 1985;
- FLUSSER,** Vilém. Do Funcionário. In Suplemento Literário do Jornal O Estado de São Paulo. Publicado em 1º de maio de 1965; O Estado de S. Paulo, 13 ago. 1910;
- PORTO,** Antônio Rodrigues. História da cidade de São Paulo (através de suas ruas). São Paulo: Carthago, 1992. 2.ed. p.109; **SEVCENKO,** Nicolau. Orfeu extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.115;
- PILAGALLO,** Oscar. História da imprensa paulista, 368 pp., Editora Três Estrelas, São Paulo, 2012 # reproduzido da Folha de S.Paulo, 24/3/2012; título original “‘História da Imprensa Paulista’ nasce clássica”;
- ROMANO,** Vicente. Ecologia de La Comunicacion, 2004;
- ROMANO,** Vicente, (1998) El Tiempo Y El Espacio En La Comunicación - La Razón Pervertida Navarra - Spaña: Argitalexte Hiru;
- ROMANO,** Vicente. Desarrollo y progreso: por una ecología de la comunicación. Barcelona: Teide, 1993.
- Arquivo Público do Estado de São Paulo, Memória da Imprensa,** <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria/verjornais.php>, disponível em 27 de maio de 2013;
- Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imigração em São Paulo,** <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/>, disponível em 28 de maio de 2013;
- Arquivo Público do Estado de São Paulo, Memória da Imprensa,** <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria/verjornais.php>, disponível em 27 de maio de 2013;
- Arquivo Público do Estado de São Paulo, Imigração em São Paulo,** <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/imigracao/>, disponível em 28 de maio de 2013; Vilém. Da religiosidade: a literatura e o senso de realidade. São Paulo: Escrituras Editora, 2002;